

AmM/F.76
Raro

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS

Novos Ângulos do Problema Amazônico

Cosme Ferreira Filho

AmM/F.76
RARO

1954

Novos Ângulos do Problema Amazônico

Cosme Ferreira Filho

1954

AmM
F 76
PARO

NOVOS ÂNGULOS DO PROLEMA AMAZÔNICO

Palestra realizada sob os auspícios da Associação Comercial do Amazonas, por ocasião da viagem de instrução da Escola Superior de Guerra ao Norte do país, sob a direção do general Oswaldo Cordeiro de Faria.

Manaus, 19 de julho de 1952.

Uma vez mais, homens ilustres de outros quadrantes do país vêm olhar e sentir de perto a Amazônia, realizando aquêlê "desejo que parece morar no coração de todos os brasileiros". A ânsia de conhecer os recessos, as singularidades e as presumidas riquezas dêste "mediterrâneo de águas doces" ou "terra imatura", "derradeiro capítulo do Gênesis" ou "futuro celeiro do mundo", no conceito de escritores e cientistas, que aqui se detiveram em contemplativa perplexidade, foi e será, por muito tempo ainda, imoderada ambição de quantos possuem mocidade de espírito e a fome, nunca saciada, das emoções inapagáveis.

Mas os que agora transpuseram, pelos caminhos luminosos do céu, os limites verdes da Hiléia, não vieram apenas impelidos pela sedução do inédito ou pela atração da novidade e do imprevisto.

Trouxe-vos ao setentrião brasileiro, senhores oficiais e generais das nossas gloriosas forças armadas, o cumprimento de um dever. Realizais uma ronda missionária, cuja motivação é o generoso impulso de verificar, **in loco**, o que somos e o que valem, em termos de poder econômico e de substância humana, como partes que representamos, em população, território e riquezas, de uma nação que abre caminho para o futuro, num dos mais céleres e impressionantes movimentos de expansão que a História registra.

Supomos, porém, que à vossa indagação não interessam referências históricas, os algarismos das estatísticas e os inquéritos especializados, já de vosso pleno domínio. Conheceis o passado geológico da planície e os abundantes dados analíticos, resultantes de investigações a que a Amazônia vem sendo submetida, de há alguns anos a esta parte. Os arquivos dos ministérios públicos refertam-se de relatórios e exposições, debatidos e divulgados, e os anais da Comissão de Valorização da Amazônia guardam, para uso oportuno e adequado, os mais completos

balanços, onde a terra e o homem amazônicos, suas possibilidades e carências são perquiridos e estudados. Completam essas noções catálogos e monografias, que haveis tido ensejo de compulsar, em outras ocasiões, no empenho sadio de saber das coisas e das gentes dêste pedaço do Brasil.

Eis por que, recebendo a incumbência de falar-vos sôbre matéria já objeto de tão profundos, acurados e valiosos estudos, sentimos receio de dizer-vos o que já sabeis, numa repetição impertinente de conceitos, dados e conclusões que, por sua extensão e diversificação, poderiam constituir verdadeiro código ou carta social e econômica da Amazônia.

Esforçar-nos-emos, todavia, por fugir a essa desnecessária reincidência, tentando apresentar-vos o problema por ângulos novos ou supostamente novos, distanciados, tanto das injunções do imediatismo econômico como da política doméstica, que limitam a equação humana, nas terras da planície, à tarefa primária de higienizar e curar seus habitantes e de fortalecer-lhes a economia.

Até os nossos dias e mesmo nesta fase em que a nação começa a ter consciência de suas responsabilidades, como possuidora dêste enorme patrimônio, não foi a Amazônia considerada à luz de fatores e circunstâncias outras que não as de sua participação imediata no complexo brasileiro, como termo de rotina em sua economia de produção e no processo de crescimento de seu organismo social.

Ainda agora, o movimento que pretende valorizá-la, através de medidas de assistência aos seus habitantes e do aproveitamento disciplinado de suas riquezas potenciais, onera-se da ausência de estudos, envolvendo os problemas de relação dessa área retardada com os destinos do país e as exigências do mundo contemporâneo. Continua faltando uma concepção mais ampla do problema amazônico, em termos de ciência social, de fenômeno político e de fisiologia econômica. Não pode mais a Hiléia ser tratada como um episódio estanque, dentro do panorama brasileiro, numa época em que a interpenetração dos interesses

mundiais, reagindo qual complexo sistema de vasos comunicantes, aglutina povos e nacionalidades.

Impõe-se saber, por conseguinte, como exegese preliminar, dentro dessa concepção, por assim dizer filosófica do problema, se a devemos considerar em função de injunções adstritas ao bem-estar dos brasileiros que a ocupam, neste momento, e de seus interesses de ordem material, cultural e social, ou em função dos interesses nacionais, presentes ou remotos, traduzidos em credenciais de poder econômico e de ascendência política, que o uso adequado e proveitoso dos recursos da Amazônia oferecerá ao país.

No estudo das peças e das contribuições até hoje tomadas como subsídio à elaboração do já histórico plano de valorização que, há mais de cinco anos, se arrasta, morosamente, nos recessos do Congresso Nacional, surpreende-se a prevalência do primeiro desses sentidos. Nada, ali, nos induz à crença de que, por meio da mobilização da Amazônia, se pretenda, deliberadamente, fortalecer o país, levando-o a uma posição de predomínio no cenário mundial. Tudo, nêle, alimenta a presunção de que os objetivos de tão importante movimento se confinam no âmbito dos empreendimentos domésticos, destinados ao corretivo das condições ingratas e antieconômicas em que vegetam as populações planiciárias.

Nada obstante, o verdadeiro sentido dessa valorização, que somente uma concepção filosófica do problema amazônico poderia indicar, deve residir no plano maior e mais ousado dos interesses do país, dentro de sua participação no quadro político e econômico internacional.

Alguém já disse que a posse útil da Amazônia transformaria em potência de primeira classe qualquer modesta nação do continente europeu. Esposamos o conceito que proclama, também, nossa incurável desídia. Mas um novo e luminoso capítulo pode ser aberto na história do nosso país. Talvez o maior de seus feitos no plano do trabalho que constrói e engrandece. Com o auxílio da Amazônia, mobilizando e utilizando, em termos universais, suas riquezas de superfície e de subsolo, o conteúdo de seus rios e de suas matas, o rendimento incomparável de suas várzeas agricultadas — riquezas que são petróleo,

minérios, madeiras, óleos, fibras, gomas, peixes e todo um rol infindável de produtos que o mundo procura — o Brasil superará, em breves anos, suas deficiências atuais, alinhando-se, como igual, entre os fortes e os grandes, no cenário mundial.

Cumpra situar a Amazônia em presença dos destinos do Brasil e dos reclamos da Humanidade — o primeiro, em marcha célere para ocupar posição de vanguarda entre as nações; a segunda, atravessando um dos períodos mais críticos de sua história, quando a ciência, depois de entregar ao homem o domínio quase total das forças e dos elementos naturais, impõe transformações de base, em suas normas e critérios de vida, tanto nos cenários nacionais, como em suas relações internacionais. Fenômeno que, segundo sociólogos e historiadores, marca o fim de uma civilização, para o ingresso em novo ciclo, no encadeamento dos avanços e recuos do ser humano, em sua peregrinação para o futuro.

Para isso, consideremos, primeiramente, a configuração geográfica do Brasil. Não temos, como os Estados Unidos da América do Norte, o privilégio de ser uma nação bifronte, possuindo, de um lado, as rotas marítimas do Atlântico, recebendo a influência poderosa da civilização européia e, do outro, os caminhos livres do Oceano Pacífico, que oferecem ao seu comércio os imensos mercados asiáticos. Não possuímos, como aquele grande país, a situação vantajosa de uma distribuição territorial no sentido Leste-Oeste, assegurando relativa unidade de clima, de produção e de hábitos, onde, mercê dessa ocorrência, as leis promulgadas em Washington não encontram, por força da homogeneidade de condições fisiográficas, obstáculos à sua incidência em toda a nação. Somos um país lançado no sentido Norte-Sul, justificando a existência de vários equadores de civilização e de progresso, comandados, tanto pela diversificação das nossas riquezas naturais, como pelas diferenças climáticas e rotas internas de navegação. Padecemos, por isso, de uma singular hemiplegia, com o lado atlântico do nosso território vivificado

e tonificado pela proximidade do mar, dispondo das rotas de acesso e de vazão, enquanto o interior, a face limítrofe com as repúblicas andinas, dorme, ainda, o sono das regiões indevasadas. Por força desses fatores geográficos, a sistemática do nosso desenvolvimento social e econômico deixou de ser uniforme, processando-se ao longo das linhas de penetração lançadas pelas primeiras ferrovias, que partem das capitais litorâneas, e pelos cursos navegáveis, maiores ou menores, que avançam para o interior. Como decorrência desse fato, o intercâmbio entre os Estados marítimos do norte, do nordeste e do sul, teve de desenvolver-se com a ajuda da navegação marítima e só nos últimos anos, quando duas guerras consecutivas nos mostraram o perigo da ausência de ligações territoriais internas, entre as várias circunscrições do país, é que nos empenhamos em prover a essa lacuna.

Por outro lado, nem sempre revelamos continuidade em nosso esforço de progredir. Detemo-nos no caminho, toda vez que se completam e atendem nossas necessidades ocasionais. Pouco realizamos a longo prazo, recusando ao Tempo um lugar ao nosso lado, quando planificamos ou empreendemos. Alimentamo-nos na mística do imediatismo, embora essa inclinação tenda, lentamente, a desaparecer. Eis por que somos um país de ciclos inacabados. Abandonamos a meio os nossos empreendimentos capitais, quando deveríamos levá-los a termos de saturação.

Assim, interrompemos o ciclo ferroviário, que permitiria aos estados a cobertura total de seu território e a conveniente circulação de suas riquezas, para invadirmos a era rodoviária, inaugurada com o aparecimento do automóvel de rodas pneumáticas. E desta passamos, num salto arrojado, à supremacia da aviação, onde nos situamos com grande destaque. Do mesmo passo, largamos ao quase abandono nossa incipiente, porém promissora, navegação litorânea, criando as atuais e dramáticas dificuldades ao intercâmbio entre os estados, por suas vias de acesso marítimo, sem falar no esquecimento a que votamos a ampliação e o equipamento de nossos portos, ponto alto em mais de um período de administração republicana.

Semelhante comentário não envolve crítica ou censura, mas, unicamente, a constatação de um fato que se apresenta como uma fatalidade histórica. Constituíram êsses fenômenos o preço de um desenvolvimento irregular e desorganizado. Traduzem êles a necessidade de recuperar tempo perdido por falta de conveniente preparação, quando o país procura superar as falhas da sua evolução, por meio de um esforço de reabilitação capaz de colocá-lo na linha de frente do progresso e da técnica mundiais.

Um dia, porém, a nação, depois de fortificada naquelas posições, que valem como pontas de lança em seu futuro, voltar-se-á sôbre êsses vazios ou interrupções da cadeia de seu progresso, a fim de recompô-lo, preenchendo os elos ou as etapas que não foram normalmente cobertas.

Que teremos de corrigir, mais cedo do que pensamos, essa ordem de ciclos inacabados, na qual integramos a Amazônia, cuja penetração e utilização perdeu velocidade, desde quando a borracha deixou de representar poderoso elemento de exportação, não padece a menor dúvida.

Já se anunciam esforços nesse sentido — o plano rodoviário nacional, o aumento da quilometragem de nossas ferrovias e sua renovação, a expansão de nossa marinha mercante, o reaparelhamento dos nossos portos atlânticos e fluviais e, finalmente, o aproveitamento planejado dos vastos e ricos territórios amazônicos.

Parece, entretanto, que a conquista efetiva da Amazônia, pelo Brasil e para o Brasil, só será realizada e consolidada pelos caminhos terrestres do interior, através da expansão irresistível e lógica da civilização industrial, que avança com as pontas dos trilhos e das rodovias, demandando as cabeceiras dos afluentes da margem direita dêste vasto sistema potamográfico. Não seria possível, na realidade, subordinar-se, indefinidamente, o intercâmbio de homens e mercadorias, entre esta região e os estados do sul, ao ônus de um exaustivo périplo, envolvendo o país, num percurso de mais 10.000 quilômetros. Nossa integração à unidade econômica brasileira, obra ainda de muitos decênios, embora já iniciada, será conduzida por novas bandeiras, equipadas



AVISO

**DEVIDO AO TAMANHO ORIGINAL DO DOCUMENTO.
NÃO FOI POSSÍVEL DISPONIBILIZAR O SEU CONTEÚDO
NA ÍNTEGRA. PARA TER ACESSO AO ARQUIVO DIGITAL
COMPLETO, POR FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A
GERÊNCIA DE ACERVOS DIGITAIS NO
CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA.**

FONE: (92) 2125-5330

FAX: (92) 2125-5301

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



**CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA**